

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

DS
FBA

DS
NESG

Confidencial

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

Sumário

1. Objetivo 3

2. Abrangência 3

3. Definições..... 4

4. Diretrizes..... 4

5. Prestadores de Serviços 5

6. Exemplos de atividades proibidas e permitidas..... 6

7. Regras e Procedimentos 7

 7.1. Brindes, Entretenimento e Cortesia. 7

 7.2. Proteção de Informações, Livros e Registros. 7

 7.3. Lavagem de Dinheiro..... 7

 7.4. Contribuições e Pagamento de Facilitações..... 8

8. DISTRIBUIÇÃO..... 8

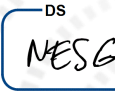
 8.1. Colaboradores 8

 8.2. Prestador de Serviço 8

9. DENÚNCIA E MEDIDAS DISCIPLINARES 8

10. Histórico de Versão 9

11. Certificados 10



Confidencial

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

1. Objetivo

A Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A faz parte de um grupo empresarial que conduz seus negócios de forma ética e em estrito cumprimento com as normas legais relativas a atos e práticas anticorrupção. Faz parte da política da Empresa cumprir as leis brasileiras e demais regulamentações que regem as relações entre a Empresa e o Poder Público em qualquer nível da federação. A Highline preocupa-se, ainda, com práticas comerciais inadequadas, decorrentes do oferecimento de qualquer vantagem com o objetivo de persuadir ou influenciar a tomada de decisão de alguém de forma a obter uma vantagem indevida.

Desta forma, a Empresa expressamente proíbe o suborno de oficiais, agentes e autoridades públicas ou a qualquer empregado de empresa privada e exige que seus Colaboradores e prestadores de serviços, contratados, subcontratados e prepostos, mantenham atos condizentes com esta premissa. A Highline também exige que seus Prestadores de Serviço, tal como definidos, adotem um sistema adequado de controle contábil, bem como livros e registros contábeis razoavelmente detalhados que reflitam de maneira precisa as operações mantidas com a Empresa.

A Empresa incentiva todos os Colaboradores e Prestadores de Serviços a consultarem o departamento jurídico da Empresa em caso de dúvidas em relação à melhor atitude a ser tomada em relação a uma situação que possa indicar um descumprimento da Lei Anticorrupção ou desta Política.

Adotamos a presente política ("**Política**"), elaborada de acordo com a Lei nº 12.846/13 e Decreto nº 8.420/15 ("**Lei Anticorrupção**"), para que todos tenham acesso às práticas Anticorrupção adotadas pela Highline.

2. Abrangência

Este documento pretende, na linha do que determina a Lei Anticorrupção, definir o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva deste texto, do Código de Ética e demais políticas da Empresa com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados por seu Colaboradores ou representantes contra a administração pública (nacional ou estrangeira) ou empregados de empresas do setor privado.

Os termos desta Política também se aplicam a todo e qualquer Prestador de Serviço da Empresa. Em caso de descumprimento por qualquer Prestador de Serviço em relação à presente Política ou à Lei Anticorrupção acarretará na rescisão imediata do contrato mantido com o Prestador de Serviços e poderá acarretar medidas judiciais para a reparação de qualquer dano causado a

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

Empresa, ou mesmo a denúncia de qualquer atitude ilegal do Prestador de Serviços às autoridades públicas.

Esta Política será objeto de revisão contínua e todos os Colaboradores e Prestadores de Serviço deverão anualmente certificar o seu cumprimento como condição da continuidade do contrato de trabalho ou de prestação de serviços respectivo.

3. Definições

- **Highline ou Empresa** - A Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.
- **Funcionário Público** - Um representante ou agente de qualquer órgão, agência ou autarquia governamental, entidade controlada pelo governo, ou determinadas instituições governamentais brasileiras. Esta definição é ampla e inclui qualquer pessoa que atue como representante ou agente em nome dessas entidades, contratado com ou sem concurso público.
- **Prestador de Serviço** - Um consultor, preposto, contratado ou subcontratado, representante, distribuidor, ou terceiro contratado pela Empresa que tenha contato com um Funcionário Público durante o período em que este Funcionário Público esteja a cargo da análise de projetos e negócios da Empresa.
- **Colaborador** - Qualquer pessoa que mantenha um contrato de trabalho, por tempo determinado ou indeterminado, com a Highline. Inclui também membros da administração contratados sob qualquer regime. Também são considerados colaboradores consultores, prepostos, contratados ou subcontratados, representantes, distribuidores ou terceiros contratados pela Empresa que tenham contato com Funcionários Públicos durante análises de projetos e negócios da Highline.
- **Corrupção** - Oferecer ou prometer alguma coisa em troca de vantagem indevida.

4. Diretrizes

A Highline e seus Colaboradores têm o compromisso de agir sempre, em qualquer circunstância, de forma ética e profissional, observando os princípios de transparência e responsabilidade corporativa. Assim, a Highline não tolera nenhuma prática, por parte de seus Colaboradores, agentes e representantes, de oferecimento de qualquer vantagem ou pagamento de qualquer quantia de valor (seja em espécie ou em forma de gratificações que tenham valor de mercado aferível) a Funcionários Públicos ou a qualquer outra pessoa, com o objetivo de, direta ou indiretamente, obter vantagem indevida em benefício da Empresa na obtenção ou manutenção de negócios.

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

Dessa forma, são vedadas quaisquer práticas no sentido descrito acima que possam:

- (i) Influenciar qualquer decisão de Funcionário Público ou agente de qualquer empresa privada;
- (ii) Induzir o Funcionário Público a exercer de forma falha sua função legal;
- (iii) Induzir o Funcionário Público a utilizar sua influência de forma a afetar ou influenciar decisões em benefício da Empresa.

Também são vedadas as seguintes práticas, de acordo com o quanto previsto na Lei Anticorrupção:

- (i) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro modo, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- (ii) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- (iii) Afastar ou procurar afastar licitante de forma fraudulenta ou oferecendo vantagem indevida;
- (iv) Fraudar licitação, contrato público ou qualquer ato relacionado;
- (iv) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- (v) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ou
- (vi) Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou Funcionários Públicos.

5. Prestadores de Serviços

A Empresa respeitará todas as leis e regulamentações aplicáveis na condução de seu negócio, incluindo a Lei Anticorrupção. O uso de recursos ou bens da Empresa com a finalidade de violar leis e regulamentações brasileiras ou a participação dos Colaboradores ou Prestadores de Serviços da Empresa em tais atividades é estritamente proibido.

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

A Empresa poderá contratar Prestadores de Serviços, em base estritamente comercial, para a prática de atos necessários junto a Funcionários Públicos, tais como, mas não limitados a obtenção de licenças, autorizações e alvarás de suas atividades ou ativos para a consecução de seus negócios.

Todos os Prestadores de Serviços serão selecionados unicamente com base no mérito e reputação comercial. Um terceiro ou subcontratado do Prestador de Serviços não poderá ser contratado para atuar, direta ou indiretamente em nome da Empresa, sem conhecimento e aprovação prévios da Empresa e sem que o Prestador de Serviços se responsabilize e garanta o cumprimento por parte deste terceiro ou subcontratado em relação à presente Política.

Cada Prestador de Serviço deverá ser cuidadosamente selecionado e avaliado antes de sua contratação pela Empresa. Quaisquer comissões, honorários ou outras quantias pagas a qualquer Prestador de Serviços deverão ser feitos em valores razoáveis e a valores de mercado pelos serviços prestados. Comissões, honorários, despesas e outros pagamentos deverão ser propriamente refletidos nos livros de registro e demonstrações financeiras da Empresa.

6. Exemplos de atividades proibidas e permitidas

Alguns exemplos de atividades que podem ser caracterizadas como com objetivo de influenciar as decisões de um funcionário público do governo e que violariam esta Política são:

- (i) Pagamentos a Funcionários Públicos com a intenção de obter ou manter negócios ou receber tratamento favorecido;
- (ii) Gratificações ou presentes a Funcionários Públicos visando receber tratamento favorecido;
- (iii) Contratar terceiros a pedido de um Funcionário Público visando receber um tratamento favorecido; ou
- (iv) Pagamento de comissões excessivas a agentes em nome da Empresa com o intuito de repasse a um Funcionário Público.

Alertamos para o fato de que eventual violação da Lei Anticorrupção pode resultar em penalidades civis significativas contra a Empresa com base em seu faturamento ou que variam entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), além de outras penalidades não pecuniárias. Da mesma forma, pode resultar na prisão de Colaboradores ou Prestadores de Serviços pessoalmente envolvidos em atos de corrupção
Lei 12.846/13

Por outro lado, são exemplos de atividades permitidas o oferecimento de bens modestos e de valores ínfimos, os quais poderão ser dados ocasionalmente quando for de costume (e.g. canetas; agendas etc.), e desde que não sejam frequentes nem oferecidos enquanto pendente alguma decisão sobre a contratação ou não da Empresa pelo receptor. Com efeito, tais bens não poderão ser dados com a intenção de influenciar decisões de Funcionários Públicos para

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

favorecer negócios da Empresa. Dúvidas sobre bens modestos e valores ínfimos devem ser previamente esclarecidos pela Empresa.

7. Regras e Procedimentos

Com base no que se observou acima, determinadas atitudes por parte de Colaboradores da Empresa e Prestadores de Serviços são inadequadas, proibidas, e não devem ser cometidas em qualquer situação. Portanto, a Highline veda expressamente as seguintes atividades que não são, contudo, exaustivas, mas somente exemplificativas:

7.1. Brindes, Entretenimento e Cortesia

Um funcionário da Highline não tem permissão para pedir, solicitar ou exigir um presente. Um presente não monetário dado ou recebido de um terceiro (por exemplo, um cliente ou um fornecedor de serviços) ou de um funcionário público é permitido se feito de maneira razoável, de valor pequeno, e não tenha habitualidade. O oferecimento de presentes, brindes ou entretenimento a autoridades públicas é especialmente sensível e não deve ser oferecido em nenhuma hipótese sem o consentimento do seu Diretor, ou de outro membro da Administração da Empresa. Na dúvida, seja conservador e procure o Diretor Jurídico para esclarecimentos sobre a melhor conduta a adotar.

7.2. Proteção de Informações, Livros e Registros

Toda informação da Empresa deve ser tratada não apenas de modo confidencial pelos Colaboradores e Prestadores de Serviços, como deve refletir a verdade das operações a que se referem. Todo Colaborador e Prestador de Serviços deve se certificar que qualquer pagamento a autoridades públicas, seja por meio de taxas, tarifas, compensações, entre outros, seja reportado à Empresa da maneira mais clara, precisa e correta, para o adequado registro contábil de tais operações. Sendo a corrupção um ato ilícito, a alocação de recursos para pagar propinas envolve necessariamente a violação de livros e registros contábeis, por exemplo, por meio de faturas falsas, tornando-se um delito suprimir, falsificar ou refletir de modo impróprio os livros e registros da Empresa.

7.3. Lavagem de Dinheiro

A expressão "*lavagem de dinheiro*" consiste na realização de operações comerciais ou financeiras com a finalidade de incorporar recursos, bens e serviços obtidos ilicitamente. A lavagem de dinheiro é crime previsto na legislação brasileira, especialmente na lei 9.613/98, tal como alterada pela lei 12.683/12, com penas severas para indivíduos envolvidos em tais práticas. A Highline, portanto, condena e expressamente proíbe qualquer tipo de realização de operações comerciais mascaradas ou simuladas, por seus Colaboradores e Prestadores de Serviços, com a finalidade de apropriação de recursos que tenham sido obtidos ilicitamente.

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

7.4. **Contribuições e Pagamento de Facilitações**

Qualquer contribuição ou doação feita em nome da Empresa por um Colaborador ou um Prestador de Serviços, especialmente a agentes públicos ou partidos políticos, é terminantemente vedada pela Empresa. Qualquer contribuição ou doação somente poderá ser feita com a expressa autorização da Administração da Empresa.

Do mesmo modo, é terminantemente vedado qualquer tipo de pagamento para que uma ação, serviço ou ato governamental possa ser agilizado ou que vise assegurar a execução de uma ação ou serviço em relação às suas condições normais.

8. **Distribuição**

8.1. **Colaboradores**

Esta Política deve ser distribuída a todos os Colaboradores, que deverão assinar e retornar a Certificação para o Departamento de Recursos Humanos.

8.2. **Prestador de Serviço**

Qualquer Prestador de Serviço contratado pela Highline, suas subsidiárias e afiliadas deve concordar em cumprir com esta Política e deve assinar e entregar uma Certificação de Prestador de Serviço no endereço da Empresa.

9. **Denúncia e medidas disciplinares**

Qualquer Colaborador ou Prestador de Serviços da Empresa que tenha qualquer indicação de que um outro Colaborador ou Prestador de Serviço tenha violado ou poderá violar a presente Política ou qualquer lei aplicável, ou que tenha qualquer indicação de que um Prestador de Serviços tenha sido ou está sendo contratado em processo que viole a presente Política, deverá, imediatamente, comunicar tal fato a qualquer membro da administração da Empresa ou diretamente ao Diretor Jurídico da mesma. Alternativamente, por meio do Canal de Ética (www.contatoseguro.com.br/highline ou 0800 602 69 11), qualquer relato que queira ser mantida no anonimato.

A Empresa se reserva o direito de disciplinar da maneira que entender mais adequada qualquer Colaborador seu que não cumpra com os termos da presente Política (incluindo demissões por justa causa) e de destituir qualquer administrador seu que não cumpra com a presente Política.

Esta Política entrará em vigor na data de sua publicação e será revisada anualmente, sendo passível de alteração ou atualização sempre que constatada sua necessidade.

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

Da mesma forma, a Empresa poderá adotar quaisquer medidas legais para se ressarcir de danos causados à Empresa por qualquer Prestador de Serviços, seus sócios, acionistas, funcionários, subcontratados, que venha a descumprir a presente Política ou as disposições legais relativas a práticas anticorrupção, incluindo adotar medidas para a denúncia de atos ou omissões praticados por tais Prestadores de Serviços a autoridades públicas, caso a Empresa tenha conhecimento ou a suspeita de que um Prestador de Serviços tenha violado as referidas disposições legais.

9. Histórico de Versão

Nome da Versão	Alteração	Data da Publicação
V3		09/12/2025

DocuSigned by:
Fernando B. Auler
0310F6CBD5D24EE...

DocuSigned by:
Nadia Eiko Sakamoto Galvao
2C0EF37D2992428...

Confidencial

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

10. Certificados

Certificado do Colaborador **Política Anticorrupção da Highline**

Pelo presente, o funcionário abaixo assinado certifica que leu, entendeu e concordou em cumprir com a Política da Empresa relativa a práticas anticorrupção, cuja cópia lhe foi entregue juntamente com o presente Certificado.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome
Completo _____

Confidencial

	Política Corporativa HIGHLINE	Documento N. PL-JUR-01	Rev.: 3
Título: Política Anticorrupção			

Certificado do Prestador de Serviços
Política Anticorrupção da Highline

Eu, _____ (Nome), representante legal da empresa abaixo identificada, pelo presente certifico que li, compreendi e concordo em cumprir, em meu nome e da empresa, a Política da Highline relativa a práticas anticorrupção, cuja cópia me foi entregue junto com este certificado.

Através do presente certifico que o Prestador de Serviços não fez ou ofereceu, e não tenho conhecimento ou razão para crer que qualquer Colaborador da Highline tenha feito ou oferecido, qualquer pagamento, presente ou doação, direta ou indiretamente, a qualquer Funcionário Público, para influenciar a decisão do referido Funcionário Público em benefício da Empresa ou tenha violado quaisquer outras disposições desta Política.

Eu concordo e me comprometo a notificar prontamente a Highline de qualquer ato ou prática lesiva à presente Política que venha a ter conhecimento em relação à empresa Prestadora de Serviços abaixo identificada ou a Colaboradores da Highline.

Assinatura: _____
Nome _____
Extensão: _____
Cargo: _____
Local e _____
Data: _____

Empresa: _____
Endereço: _____

Telefone: _____

Confidencial